ROBERTO RODRIGUES

Discursos e negociações

O governo norte-americano acaba de aprovar uma lei que garante US$78,1 bilhões ao setor rural.

É claro que o presidente Clinton, em fim de mandato e interessado em eleger o candidato democrata, fez uma jogada eleitoral. Mas tal protecionismo – na contramão dos discursos liberais feitos por Al Gore e outros representantes públicos e privados dos interesses agrícolas dos EUA – vem se repetindo em escala ascendente.



Do pacote aprovado, US$23,3 bilhões serão pagamentos diretos aos agricultores. Ora, a renda bruta do setor rural deverá ser de US$32,1 bilhões, ou seja, os subsídios diretos serão da ordem de 70% do valor de venda da safra.

E mais: os produtores de trigo, milho e soja receberão US$1,3 bilhão para compensar suas perdas com a seca. Os produtores de leite receberão US$450 milhões pela mesma razão e mais US$650 milhões pela queda de preços. O protecionismo recrudesce.

Há dois meses a OCDE divulgou o valor oferecido aos produtores rurais pelos países filiados em 1999: US$361 bilhões, quase um bilhão por dia. Os EUA entraram com US$96,5 bilhões, a União Européia com US$125,8 e, grande revelação, Japão e Coréia juntos somaram US$93,7 bilhões.

Os produtos mais protegidos em 1999 foram os lácteos, com US$50,1 bilhões de subsídios, seguidos de arroz, com US$28,7 bilhões, e da carne bovina, com US$26,5 bilhões. Os subsídios que o Brasil oferece via Pronaf, Procera ou no crédito rural oficial nem chegariam a fazer cócegas em tal quantia.

Explica-se em parte a marcha lentíssima da OMC neste ano, quando deveria ter sido lançada a Rodada do Milênio, frustrada pelo fiasco de Seattle em dezembro passado. As dificuldades não foram contornadas e até se acentuaram após a reunião. Funcionários da OMC acreditam que alguns países, que foram a Seattle dispostos a reduzir a proteção, mudaram de idéia após o fracasso das negociações.

A entrada iminente da China na OMC e a luta de países da Europa central para se juntarem à UE e poderem gozar dos subsídios aos agricultores da Europa ocidental são novos complicadores.

Durante este ano que termina, os países filiados à OMC apresentaram propostas para avaliação ao Comitê Agrícola. As discussões nem se iniciaram. E o novo presidente do Comitê, embaixador do Peru, admite que não conhece do assunto...

Em 2001 as conversas precisam ganhar impulso, até porque a eleição norte-americana já passou.

Mas pelo menos quatro grupos estarão se digladiando na OMC: os **protecionistas declarados** (União Européia, Japão e Coréia), os **protecionistas disfarçados** (norte-americanos, com um discurso liberal e uma prática intervencionista), os **protecionistas passivos** (os países pobres da África e da Ásia que preferem comprar comida barata dos ricos em vez de desenvolver suas agriculturas nacionais) e o único **grupo liberal**, o grupo de Cairns, ao qual pertence o Brasil.

Assim, fica claro que o grupo liberal é minoritário, embora constituído de países importantes, como Canadá, Argentina, Colômbia, Austrália e Nova Zelândia, além do Brasil.

Será uma longa batalha que não podemos perder e só a unidade do setor e suas boas relações com o governo e com a academia poderão propiciar algum ganho.

O setor privado está firme no Fórum Permanente de Negociações Agrícolas (Abag, CNA e OCB). Mas o governo, que tem feito excelentes discursos (o presidente Fernando Henrique Cardoso na Alemanha, o Ministro Lampreia na ONU e o Ministro Pratini todos os dias), precisa negociar com bastante vigor.

Sem bravatas, mas com vigor. Afinal, temos 28 milhões de famílias de classe média no Brasil. É um mercado fantástico, no qual os americanos estão de olho (daí a pressa na Alca) e os europeus também (daí o esforço pelo acordo UE/Mercosul). Precisamos valorizar essa posição, negociando bem. Porque discursos, embora excelentes, não ganham mercados.

Roberto Rodrigues é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da ACI e da Abag e professor de economia rural da Unesp.